

REFLETINDO E PROBLEMATIZANDO O TRABALHO EDUCATIVO DAS INCUBADORAS DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DO PARANÁ

Rosely Jung Pisicchio (UEL); Ana Paula Machado (UEL)

pisicchio@sercomtel.com.br; anapaula.machadob@gmail.com

GT1 – Processos Educativos em Economia Solidária

Texto Completo

O termo Economia Solidária tem servido para designar um conjunto amplo de práticas coletivas, regendo relações de trabalho com características e com um formato econômico e social diferente do modelo capitalista. O Ministério do Trabalho e Emprego define Economia Solidária como: (Brasil,2004, p.1)

Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. A Economia Solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda, é uma resposta a favor da exclusão social.

Segundo esta perspectiva, a Economia Solidária pode ser compreendida como uma atividade que tem o intuito de democratização econômica e para que isto aconteça, ela necessita de uma ação pública, quer através de leis ou de apoios institucionais. A ação pública e a Economia Solidária constituem um desafio de conhecimento, de formas diferentes de pensar, de se relacionar com o mercado, pois se liga a interação humana junto às atividades produtivas, a prestação de serviços e a perspectiva de desenvolvimento humano.

Gaiger (2008, p.12), estudioso da Economia Solidária complementa: “a Economia Solidária é decorrente da associação voluntária entre trabalhadores, consumidores e cidadãos engajados em questões de interesse comum, com condutas fundadas em relação de reciprocidade - “ dar e receber ”, orientadas para a preservação do vínculo social, com base na solidariedade”.

Assim, o entendimento dessa forma de agir comporta distintas ênfases e abordagens, com diferentes sentidos e dimensões, convertendo-se em um campo de

estudos para as ciências sociais, constando em pesquisas e debates sobre novas experiências sociais e figura na agenda corrente de centros de pesquisa e pós-graduação. Seu interesse passou a ser reconhecido por agências fomentadoras e órgãos avaliadores, viabilizando estudos mais abrangentes e propiciando iniciativas e práticas em pesquisa, ensino e extensão acadêmicas. O mesmo autor complementa:

Há indicadores do crescimento da produção acadêmica sobre a Economia Solidária, tais como a evolução temática dos Grupos de Pesquisa no Diretório do CNPq (entre 2009 e 2011, o número de Grupos vinculados à Economia Solidária elevou-se de 92 para 130) ou o banco de currículos Lattes (5.508 pesquisadores declinam o tema dos quais 1.708 são doutores e 196, Bolsistas de Produtividade – dados de março 2012). O mais sugestivo, no entanto, é o crescimento exponencial de teses e dissertações registradas pela CAPES com referência à Economia Solidária: de 36, no quinquênio 1996-2000, passaram a 195 no período posterior, até 2005, e a de 404, nos últimos cinco anos (2006-2011). (GAIGER, 2012, p.314)

O aumento exponencial desses números também se reflete ao aumento dos trabalhadores envolvidos com a Economia Solidária. Dados do Mapeamento Nacional de Economia Solidária¹ apontam mais de 20.000 empreendimentos econômicos solidários abrangendo mais de 2500 municípios em nosso país, com base nas informações do SIES – Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária – mostrando assim uma intensificação por este tipo de arranjo produtivo.

O SIES – 2007 mostra ainda, que são 3583 empreendimentos com um total de 542.300 participantes da Economia Solidária na Região Sul. No Paraná são 1109 empreendimentos contando com 236.000 participantes da Economia Solidária. Os trabalhadores da Economia Solidária alinham-se em uma gama ampla e heterogênea de iniciativas, que variam em diversas modalidades. Para caracterizá-los recorro novamente aos dados do mapeamento apresentados por Gaiger (2012, p. 319):

[...] 51,8% deles são associações; 36,5% grupos informais; 9,7% cooperativas. As atividades coletivas mais frequentes são a produção (63,3%), a comercialização (59,6%) e o uso de equipamentos produtivos (49,9%). Dedicam-se à agricultura, pecuária, pesca ou extrativismo, 54,9% dos empreendimentos, os demais se dividindo entre a produção e a prestação de

¹ O mapeamento teve como objetivo conhecer e detalhar como se constitui o empreendimento econômico solidário e foi realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e a Universidade do Vale dos SINOS (GAIGER, 2012, p.319)

serviços em setores de alimentação, confecção e calçados, artesanato, indústria de transformação, coleta e reciclagem e, ainda, crédito e finanças. Quanto ao porte, 24% possuem até 30 sócios, enquanto no extremo oposto registram 370 casos (1,7%) com mais de 500 associados. Ao redor de 19,7% possuem menos de seis sócios trabalhando regularmente no empreendimento e 59,3% possuem até 30 trabalhadores dentro do quadro social [...].

Esses números mostram um pouco do que é a Economia Solidária. No entanto, ela não se explica só pelas questões estruturais e objetivas: ela tem um modelo diferenciado de sociabilidade, de valores e de experiências que interessam o trabalho aqui exposto e a pesquisa a ser relatada. O seu trabalho baseia-se em princípios diferenciados, na autogestão, na solidariedade e tem significado social entre os trabalhadores que dela fazem parte.

Para Paul Singer (2002) fundador e idealizador teórico brasileiro, a Economia Solidária é uma alternativa que a sociedade civil tem de se organizar, estabelecer processos emancipatórios e gerar renda por meio de uma alternativa de trabalho diferenciada. Em seu referencial teórico, este autor usa o apelo de “uma outra economia” e que esta deve acontecer de forma coletiva e com o princípio de participação, isto é, “um sócio” “um voto” e todos tem direitos e deveres frente ao trabalho. Na gestão democrática do negócio, na responsabilidade e na forma de produzir, os trabalhadores tecem uma nova relação de trabalho, esta relação está permeada pelos princípios de solidariedade, autogestão e também dimensão econômica gerando produtos que busquem a preservação ambiental. Para reafirmar estes pontos, o autor coloca:

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação destes princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. (SINGER,2002,p.10)

Esses princípios são fundamentais para o entendimento da Economia Solidária. O primeiro envolve a cooperação e a solidariedade citada acima, ou seja, os trabalhadores se integram e se organizam de forma participativa para que todos possam conhecer o trabalho que irão desenvolver e o compromisso em ativar relações positivas de trabalho e em comunidade.

A dimensão econômica também é um dos princípios importantes para os trabalhadores da Economia Solidária. Ela envolve um conjunto de elementos de viabilidade econômica que deve ser discutido entre todos os seus membros e, assim, permear a eficácia e efetividade dos negócios, tomando em consideração também os aspectos culturais, ambientais e sociais.

Outro princípio abarca a autogestão, que está relacionada ao funcionamento democrático, ao entendimento de cada um no processo produtivo como um todo. As informações, no sentido que todos possam ir além de suas tarefas e que se preocupem com a empresa, com os seus problemas, mas também com a resolução dos mesmos. Os trabalhadores participam diretamente das tomadas de decisão a serem realizadas em cada processo. "O fato de todos ficarem a par do que está acontecendo no cotidiano do trabalho pode contribuir para instalar uma rede de cooperação inteligente. Além de colaborar com o cumprimento de metas, a troca de informações e experiências que ocorre no processo de autogestão, proporciona o crescimento pessoal dos envolvidos". (SIES, 2007, p.10)

Por fim o SIES (2007) cita o princípio educativo que deve promover e orientar valores emancipatórios por recolocar os trabalhadores como centro do processo produtivo, e não como força de trabalho a ser explorada. Esse aprendizado, de fazer coletivamente e de forma participativa, constrói uma nova cultura e novos valores, fundamentados na cooperação e na solidariedade, o que é determinante para o avanço da Economia Solidária. Neste ponto a prática democrática oportuniza o aprendizado aos participantes, o direito de poder decidir sobre os rumos do seu trabalho e a forma de organização de suas atividades.

Assim, os princípios e o modo de produção na Economia Solidária implicam em enfrentamento das contradições de um modelo que se pauta na associação dos trabalhadores, na participação e no envolvimento com trabalho coletivo/democrático, e esse é o tipo de padrão que o nosso cotidiano não valoriza. Há vantagens nesse tipo de alternativa, no entanto ele exige um novo paradigma de relações de trabalho. Santos (2002, p. 37) confirma :

[...] a Economia Solidária ampliam a democracia participativa, entendendo o princípio de cidadania à gestão de empresas. Semelhante ampliação da democracia tem efeitos emancipatórios evidente, por cumprir a promessa de

eliminação da divisão da empresa hoje entre a democracia política, de um lado, e o depotismo econômico do outro.

Vê-se, portanto, que a Economia Solidária envolve aspectos educacionais e de aprendizagem, a relação educador e educando se dá através do entendimento desta modalidade de trabalho, no preparo destes trabalhadores, no auxílio e na superação de problemas, no enfrentamento a um processo produtivo diferenciado e de ação cooperativa, com princípios distintos, que faz com que os atores envolvidos adotem posturas e valores bastante diferentes do modelo capitalista vigente. O educar e o aprender vão além dos limites e dos desafios técnicos, pois este tipo de alternativa tem implicações sociais, culturais e econômicas para aqueles que dela participam.

Essa também é a responsabilidade das Incubadoras de Empreendimentos Solidários, e que interessa diretamente este estudo, pois o Proninc – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares² constitui uma das principais ações inscritas na Política Nacional de Economia Solidária empreendida pela SENAES, por meio do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, no Ministério do Trabalho e Emprego. Este programa assume papel primordial no processo educativo, de disseminação de seus princípios, de acompanhamento e de fortalecimento dos que atuam com a Economia Solidária.

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) surgiram no Brasil à partir da década de 90, dentro da perspectiva de desenvolver ações que permitissem aos setores populares retomar as condições econômicas de sobrevivência e o seu direito à cidadania. A primeira incubadora de cooperativa populares surgiu em 1995, sob o estímulo do Comitê de Entidade de Combate a Fome pela Vida (COEP) e da Financiadora de Estudos e Projetos – Agência de Inovação (FINEP), na coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Coope-UFRJ. Ela foi criada para apoiar a Cooperativa de Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manginhos – COOTRAM.

² A Finalidade do Proninc – conforme decreto n.7357 de 17/11/2010 é o fortalecimento dos processos de incubação de empreendimentos solidários com os seguintes objetivos: 1- Geração de trabalho e renda com foco na autogestão; 2- Construção de referencial teórico e metodológico acerca dos processos de incubação; 3- Articulação e integração de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento local; 4- Formação de discentes universitários em Economia Solidária e 5- Criação de disciplinas, cursos, estágios e outras ações para a disseminação da Economia Solidária nas instituições de Ensino Superior. (www.finep.com.br)

O sucesso desse trabalho inspirou a ideia de replicar esta experiência em outras regiões do país e várias universidades, órgãos públicos e entidades não governamentais passaram a apoiar este tipo de ação, o objetivo primordial: gerar trabalho e renda, gerar conhecimentos na área de cooperativismo e incentivar a aproximação universidade/entidades e comunidades.

Atualmente as incubadoras estão distribuídas por todo o território brasileiro, e atende regiões e necessidades específicas, mas de uma maneira geral atuam junto a cooperativas de catadores de material reciclável, artesanato, agricultura familiar, pescado, turismo, construção civil, transferência de tecnologia na área de organização do trabalho, na estruturação das cadeias produtivas e apoio a comercialização de produtos e bancos comunitários.

As incubadoras agregam professores, pesquisadores, técnicos, acadêmicos de diversas áreas do conhecimento com intuito de oferecer formações e acompanhamento a grupos de trabalhadores interessados na temática Economia Solidária, são considerados segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (www.mte.gov.br, 2014) entidades de apoio e fomento à Economia Solidária (EAFs) que:

Organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos econômicos solidários tais como: capacitação, assessoria técnica e organizativa e acompanhamento. [...] Trata-se de lidar não apenas com o econômico, mas simultaneamente com a inclusão social, a cooperação, solidariedade, fato recente na academia. (ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p.55)

A participação e o envolvimento desses atores – Incubadoras e trabalhadores – nos projetos de Economia Solidária, se faz, portanto, com aspectos técnicos, subjetivos e valores com alto nível democrático/coletivo, e este é o tipo de padrão que o nosso cotidiano não valoriza. A pesquisa quer investigar os aspectos educativos entre a equipe da Incubadora e os trabalhadores, se as características de autogestão e solidariedade estão sendo entendidas e quais as dificuldades/facilidades para a ocorrência/ou não dos princípios da Economia Solidária. Estaria a equipe da Incubadora junto aos participantes do projeto auxiliando no desenvolvimento de práticas democráticas? Como os trabalhadores e a equipe técnica-pedagógica percebem os aspectos educativos? Como isto pode ser melhorado?

São perguntas que a pesquisa quis responder, o recorte que se faz aqui tem como objetivo apresentar e problematizar algumas questões educativas que fazem parte deste tipo de trabalho; analisar o trabalho das Incubadoras de Empreendimentos Solidários do Paraná através do relato de seus coordenadores e trabalhadores relacionando-os ao campo educacional. As incubadoras, com o seu processo de assessoria, com o seu funcionamento, denota características específicas para quem compõe a equipe de trabalho, mas também para os trabalhadores que dela participam. Através do trabalho da incubadora são repassados percepções, representações, valores, modos de agir e formas de apropriação daquilo que produzem, ou seja, são estabelecidos vínculos, relações baseadas principalmente no conhecimento, informações e interesses.

A partir desse reconhecimento é que se podem almejar e construir algumas propostas que norteiem a produção de espaços que comportem relações sociais concretamente portadoras dos princípios da Economia Solidária.

Metodologia:

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se de metodologia qualitativa, realizando entrevistas junto aos coordenadores das Incubadoras Paranaenses(5) e dos seus trabalhadores(20) assessorados com objetivo de caracterizar seus diferentes trabalhos e evidenciar os aspectos educacionais na relação incubadoras e trabalhadores assessorados. As Incubadoras universitárias pesquisadas foram: INTES – UEL Londrina, IESOL, Incubadora da Universidade Estadual de Ponta Grossa; Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFPr; INDIOS – Incubadora de Direitos e Organizações Solidárias da UNIOESTE – Campus Foz do Iguaçu e por fim Incubadora Núcleo Unitrabalho da UEM - Maringa. Os trabalhadores entrevistados fazem parte de uma cooperativa de catadores/reciclagem assessorados pela incubadora da UEM.

Foi utilizado um roteiro de entrevista semi-estruturado, e as perguntas iniciais referiam-se à dados sobre as atividades e caracterização da forma de trabalho (histórico, atividades, rotina , tarefas e oficinas aplicadas e como a Economia Solidaria era disseminada), num segundo momento os aspectos identitários eram questionados ressaltando o papel do educacional, universidade e também os sentidos deste trabalho e do processo de assessoria na visão dos próprios trabalhadores. As entrevistas foram

realizadas individualmente pelo próprio pesquisador após a aprovação formal do Comitê de Ética em Pesquisa (parecer 099/2012 – registro no CONEP 5231).

Após a realização das entrevistas essas foram transcritas integralmente e assim os tópicos foram selecionados. A sistematização se deu por meio da técnica de análise de conteúdo que fornece uma análise criteriosa do processo de comunicação e visa a apreciação objetiva da mensagem. Num primeiro momento as perguntas e respostas foram colocadas em conjunto para obter uma ideia da visão de cada incubadora frente às diferentes questões abordadas e logo após foram sendo delimitados os recorte/trechos e contradições mais significativas para cada pergunta, para esta apresentação fez-se o recorte de uma das categorias que estão relacionados principalmente com os aspectos educativos aqui enfatizados:

1. Sentido do trabalho e o Papel das Incubadoras Paranaenses – aborda a visão de Economia Solidária, o sentido de cada incubadora em relação ao trabalho que realizam, seu funcionamento geral e o que pensam em relação ao trabalho que desenvolvem.

Resultados e Discussão:

A pesquisa mostrou que há uma relação em construção frente às Incubadoras, trabalhadores e ao próprio entendimento de como fazer a Economia Solidária. O papel que cada um assume e exerce no desenvolvimento desta Economia Solidária não está totalmente esclarecido, pois sofre alterações conforme cada estrutura, modo de vivenciar as atividades, organização e até mesmo como cada uma das Universidades visualiza este projeto.

Ao falar do papel de cada Incubadora, a pesquisa mostrou que muitas responsabilidades e atividades são desenvolvidas pelas mesmas. São várias dimensões deste trabalho, como colocado pelo coordenador da Incubadora de Foz do Iguaçu “trabalhar toda a comunidade, a cultura, o território [...] sair das áreas temáticas para fazer algo novo [...] cruzar áreas de conhecimento e divulgar todo este trabalho, [...] valorizar as questões regionais, trabalhando as oportunidades numa perspectiva libertadora”. Será que é possível atender tantas demandas?

Encontrei coordenadores bastante preocupados e envolvidos com estas questões, questionando sobre o que cabe à cada incubadora desenvolver, relatos que deixam claro que o interesse é potencializar tanto a equipe como os trabalhadores assessorados, todas as incubadoras pesquisadas colocam a importância da Economia Solidária e de seus princípios como base de seu trabalho e que as incubadoras são responsáveis por disseminar este jeito diferente de produzir. Esta função de apoio e de levar à Economia Solidária está relacionada ao conceito do Ministério Trabalho e Emprego, que diz: "As incubadoras são organizações públicas e/ou privadas que desenvolvem ações as várias modalidades de apoio direto, assessoria, assistência técnica junto aos empreendimentos de Economia Solidária" (www.mte.gov.br). Assim, a pesquisa foi trazendo à tona as diferentes ações que as incubadoras executam, as várias atividades que estão voltadas para o marco jurídico, técnico e produtivo³ visando gerar trabalho e renda. Todas essas funções descritas acima, implicam diretamente no serviço educativo que é realizado pela equipe de assessoria quando realiza as visitas, oficinas pedagógicas, contato com os trabalhadores da Economia Solidária no sentido de auxiliar no processo produtivo e na geração de trabalho e renda.

A Incubadora da UEL destaca em seu trabalho um conjunto de atividades que visam organizar e assessorar os empreendimentos solidários, dando suporte, tendo à frente a função pedagógica, a função de fortalecimento de sua base teórica: a Economia Solidária. Percebe-se a importância do desenvolvimento de metodologias para ações educativas, em que são gerados instrumentos pedagógicos de gestão e controle aplicados aos empreendimentos solidários. O coordenador afirma: "a incubadora tem um papel importantíssimo em construir este aporte e não só ficar na geração trabalho e renda, porque se ela ficar na geração do trabalho e renda ela vai ter várias decepções, como nós já tivemos [...]"., fica implícito que a incubadora necessita avançar em relação às suas atividades estratégicas organizativas e investir em formação cultural, educação e cidadania, além de investir em uma tecnologia social apropriada aos grupos, para assim não se "decepcionar" e obter o sucesso tão almejado, conforme a própria fala transcrita. As metodologias, as oficinas e todo o processo de assessoria visa diretamente

³ O código civil brasileiro possui legislação especial sobre a Economia Solidária (Lei 5764/71), sendo que no marco legal são apontadas as características peculiares das cooperativas, estabelecidas no artigo 1094 do mesmo código. Já quanto às questões técnicas e produtivas, não há legislação específica, são delineadas através das atividades e de acordo com cada incubadora e com as necessidades dos grupos assessorados.

os sentidos educativos que devem ser melhor planejados e que pedagogicamente devem atender as necessidades dos grupos assessorados.

Cabe aqui uma ressalva, já que as incubadoras são responsáveis por assessorias em diferentes áreas; como administrativa, contábeis, jurídicas e comerciais, aqui está o campo educacional tão importante para as incubadoras, isto é, o desenvolvimento de instrumentos, tecnologia social que possa ser acessada por estes trabalhadores e assim melhorar o seu potencial produtivo e conseqüentemente melhorar a renda e sua qualidade de vida. Segundo o relato do coordenador da Incubadora da UEM que diz: “[...] ela também não pode ficar só no nível acadêmico, só de discussão, então, por isto é uma tecnologia social, nos ainda não alcançamos, estamos buscando, [...] formas para construir esta tecnologia social, de fortalecer esta Economia Solidária junto com os grupos e com a nossa equipe”.

Este avanço é necessário principalmente nos aspectos organizativos e também nas orientações do processo de produção por parte dos envolvidos. Na pesquisa percebeu-se que há limitações neste sentido, pois os grupos pesquisados ainda funcionam como unidade de produção isolada, com características e com o uso de alguns mecanismos de participação e de gestão coletiva que precisam ser intensificados. Discutir o tema trabalho, na minha visão, é um ponto importante para recuperar e inserir como forma principal de organizar os trabalhadores na proposta da Economia Solidária e que pode ser aliado às questões de educação tão citadas durante a pesquisa.

Em relação a participação dos trabalhadores nos processos importantes da Economia Solidária, quer sejam social e ou político, a pesquisa mostrou que esta pode ser a função educativa da incubadora, ou seja, há necessidade de estimular e motivar a participação em diferentes instâncias tanto nos poderes públicos como nos espaços de reivindicação. Os trabalhadores da reciclagem mostraram ter consciência da importância das políticas públicas, pois isto interfere diretamente nas condições de trabalho. Alguns desses trabalhadores já participam de fóruns, debates, reuniões da Economia Solidária ou reuniões para discutir as questões de limpeza da cidade junto à prefeitura e sabem da importância do governo e das instituições. Reconhecem que precisam se organizar para conquistar melhorias junto ao Estado. Um dos entrevistados afirma:

Faço parte do fórum do lixo e cidadania, todo mês eu participo de reunião no 2º. sábado de cada mês, e é uma luta para melhorar as condições de trabalho. Faço parte do fórum, eu acho muito legal...nós estamos lutando, queremos melhorar a

reciclagem do plástico, negociar, vender com mais valor, falta muita coisa, tem que acreditar e se interessar mais. (trabalhador da reciclagem)

As Incubadoras pesquisadas apresentaram preocupação com o envolvimento dos trabalhadores nas diferentes instâncias de participação, pois no âmbito da Economia Solidária é comum este tipo de atividade de formação. No entanto, vale ressaltar que são poucos os trabalhadores da reciclagem esclarecidos neste sentido e que participam ativamente do movimento dos recicladores, ou mesmo da política de Economia Solidária. Os trabalhadores “não se envolvem”, não veem no trabalho associativo uma forma de ação democrática e politicamente emancipadora, mas como uma alternativa de renda para quem não tem outras opções, ou pelo menos enquanto essas opções não aparecem. Os relatos são esclarecedores:

Eu gosto e estou aqui pra trabalhar...não sou muito de reunião. (trabalhador da reciclagem)

A reunião é o presidente que participa, eu mesmo preciso disso aqui sim, pra sobreviver, trabalhar, e o que eu quero saber mesmo é do preço. (trabalhador da reciclagem)

Existe antagonismo na percepção dos trabalhadores em relação ao processo participativo, a vulnerabilidade a qual estão submetidos impede o sentido político. As respostas às perguntas sobre participação/Economia Solidária demonstram certo desconhecimento e desinteresse pelo tema, em parte também pelas dificuldades que enfrentam no trabalho.

A pesquisa mostra que a Economia Solidária, não está fortalecida, os próprios trabalhadores afirmam que “querem melhorar” e ter mais consolidado o conhecimento da Economia Solidária. Neste sentido, as incubadoras podem estruturar trabalhos formativos, com oficinas e atividades que auxiliem no entendimento da experiência que estão vivenciando. O porquê da Economia Solidária em seu meio e como esta experiência pode lhes proporcionar ganhos interessantes. A riqueza societal deste tipo de trabalho deve ser discutida pelas incubadoras junto a esses trabalhadores e assim esclarecer aspectos importantes do movimento de Economia Solidária, Estado e participação dos trabalhadores.

O trabalho das Incubadoras em relação ao tema autogestão foi ressaltado na pesquisa, tanto coordenadores como trabalhadores necessitam desenvolver melhor este

tema. Segundo Gaiger (2004, p.224) “[...] a estrutura da empresa heterogestionária capitalista, produz lucro através da extração da mais valia do trabalhador, é incompatível com a estrutura do empreendimento autogestionário, porque os valores de competição, individualismo e exploração, bases do sistema capitalista, entram em atrito direto com os valores de colaboração, reconhecimento do outro e solidariedade”. Este jeito diferente de trabalhar é ressaltado como o relato do coordenador abaixo:

[...] no entanto é preciso trabalhar várias vezes para que eles possam perceber a importância e a diferença deste trabalho que é desenvolvido, por exemplo: ah mais a fulana não veio aquele dia, a aí ela não pode ganhar o mesmo que eu, mas o que aconteceu com ela? O que ela faz não é igual? Porque é diferente? Será que nós não podemos fazer um rodízio e entender o outro, de forma dinâmica e prática, por isto a gente não pode colocar só a geração trabalho e renda, é mais que isto e eles precisam ir entendendo tudo isto (coordenador da incubadora da UEL).

Esta nova forma econômica e moral alternativa causa um forte choque identitário nos trabalhadores que dela participam e desconhecem em muitos momentos como agir com o outro, como descrito no relato. Como entender o que está acontecendo e agir de forma solidária? Como discutir e partilhar as dificuldades para assim tomar as decisões? O princípio está no “entender o outro” e as incubadoras participam diretamente desse processo na construção de conhecimento e nas relações interpessoais com o intuito de fazer com que os grupos reconheçam as diferenças entre o modelo que está aí e a Economia Solidária.

Estudos mostram que a autogestão, solidariedade e coletividade podem se consolidar quando os trabalhadores se direcionam na busca de soluções através da auto-organização. Segundo Gaiger (2009, p.296) isto se daria em outras instâncias sem ser a econômica:

[...] a atuação coletiva de trabalhadores, além da melhoria das condições materiais de vida, encerra práticas que conduzem a uma tomada de consciência frente a temas que extrapolam a gestão dos empreendimentos, ensejando relações com o entorno local e com demandas que nele afloram. A promoção de espaços de deliberação em comum induz o compromisso cívico e o engajamento ético dos sujeitos.

Nesse sentido, novamente foram colocadas questões de ampliação do trabalho das incubadoras em relação aos seus trabalhadores, ou seja, a busca por uma Economia Solidária mais ampliada. O Coordenador da incubadora da UFPr diz: “[...] criando

alternativas de renda, com os aspectos culturais, com assembleias que possam discutir o território e as dificuldades como um todo como: habitação, o transporte, educação e outros. Não somente a produção, mas as várias pontas das relações.”

O processo de autogestão pode auxiliar nessa ampliação, pois implica e faz com que os trabalhadores sejam protagonistas da experiência de seu trabalho, melhorando a visão de mundo e compartilhando valores e práticas diferentes das experiências de trabalho heterônomo. Essas diferenças necessitam estar claras para os assessorados e as discussões neste sentido são muito importantes. Esse aspecto também foi citado na entrevista com os coordenadores e se reflete no trabalho de incubagem, no processo de diagnóstico dos grupos de trabalho e no esclarecimento da proposta da incubadora, como no relato abaixo:

[...] muita gente quer ser empregado, quer ter carteira assinada, ela não quer ser dona daquilo que ela faz, então os grupos em que a gente atua, a gente tem que falar, e estes grupos não querem ser empregados, não querem carteira assinada, querem autonomia, não faz diferença nenhuma a carteira assinada [...] (Coordenador da Incubadora da Unioeste- FOZ).

No meu entender, as vantagens e a superioridade desse tipo de relações devem ser repassadas e apropriadas pelos trabalhadores através das incubadoras. Para finalizar esta parte da discussão, trago uma última frase, que acredito ser muito importante, do coordenador da incubadora da UEL: “[...] só a geração trabalho e renda, é mais do que isto, e eles precisam ir entendendo. O que o grupo quer, o que o grupo sonha e o que é possível”.

Discutir as potencialidades, as contradições, criando dispositivos transformadores que potencializem a construção deste projeto, isto sim, no meu entender é o papel educativo das incubadoras em relação aos trabalhadores da Economia Solidária.

Esse papel educativo, perpassa a todos que compõem a equipe da incubadora, inclusive na formação dos alunos relacionando a Economia Solidária nas atividades acadêmicas da universidade. Neste sentido, o universo pedagógico varia de Incubadora para Incubadora, onde alguns potencializam atividades na graduação, pós-graduação, ou até mesmo nas escolas de ensino fundamental e médio como forma de disseminar a Economia Solidária. O relato do coordenador da UFPr mostra este interesse:

[...] qual é o papel de uma incubadora universitária perante a sociedade, uma discussão que nós travamos muito forte ... porquê? Nós entendemos o seguinte: que nós enquanto universidade temos um papel perante a sociedade, e esse papel é de sistematização e de formação de acadêmicos; o nosso produto final, por qual nós vamos ser avaliado, é o aluno [...] não é pelos grupos incubados, isto não faz parte do nosso escopo de papel. Nós somos cobrados pelo ensino, pesquisa e extensão, e é onde nós podemos contribuir. Nós vamos contribuir muito mais se formarmos 30/40 alunos com mentalidades diferentes, profissionais diferentes, para atuar aí fora, do que se a gente for acompanhar 30 grupos.

A Educação pode garantir o espaço da Economia Solidária, de forma a torná-la menos restrita. O universo pedagógico pode ser ampliado nas escolas, nas comunidades e junto a projetos culturais e de sustentabilidade.

Em relação a esse aspecto educacional, ressalto ainda a questão de formação em Economia Solidária da UNIOESTE, que foi realizada pela UFPr, e as duas instituições, parecem possuir as mesmas características e a mesma base estrutural de trabalho. O trabalho desenvolvido pela UFPr é interessante e mostra a possibilidade de, mesmo com certa distância, as incubadoras se unirem e realizarem trabalhos paralelos e em conjunto. O aproveitamento do aporte educacional de uma incubadora mais experiente para uma outra incubadora mais nova é algo inovador e pode dar bons resultados. Na fala do coordenador identifica-se essa relação quando diz: “Pois agora estamos em constante diálogo e muita coisa fazemos juntos. A coordenação está em Curitiba e também em Foz. Hoje nós estamos discutindo melhor a questão das redes, das cadeias produtivas entre Curitiba e Foz do Iguaçu.”

Ainda em relação à educação está a estruturação deste projeto pela via acadêmica, que é inclusive recomendada pelas instâncias superiores – SENAES. Segundo o último relatório do encontro de incubadoras⁴ realizado pelo Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano - IADH (2013, p.6), recomenda-se “[...] aumento na formação de gestores, técnicos e lideranças formais, criação de disciplinas correlatas e diminuir a distância entre ensino e a prática”. Essas recomendações ressaltam a importância da educação para o projeto incubadoras.

Em relação a parte técnica pedagógica da incubadora e como ela ocorre, a pesquisa mostrou que as incubadoras levantam debates sobre algumas questões como: mercado, políticas públicas, redes solidárias, comercialização, legislação

⁴ Este encontro foi realizado de 11 à 13 de junho de 2013 em Brasília e foram discutidas várias temáticas ligadas à Economia Solidária e ao Projeto Incubadoras. Neste encontro foram aprovadas algumas resoluções que irão determinar ações, editais e a continuidade do projeto incubadoras.

cooperativismo, organização social, entre outras. Essas temáticas são imprescindíveis para se pensar um projeto com base na Economia Solidária, sendo fundamental potencializar elementos educativos que possam fomentar uma nova cultura de trabalho e novas relações sociais.

Cada incubadora foi mostrando como se dá o trabalho de assessoria junto aos trabalhadores, como essas temáticas são repassadas, como os conteúdos e a linguagem auxiliam no entendimento do que é a Economia Solidária e também quais as estratégias utilizadas para o esclarecimento da proposta. O coordenador da incubadora da UEM fala neste sentido: “[...] eles não querem cursos, então aí vem a técnica, a demanda e como você atende, não dá para incubadora só ficar fazendo a formação teórica, ela tem que colocar a mão na massa”.

Por isso, colocar a “mão na massa” é estimular o entendimento da Economia Solidária com práticas no cotidiano. As incubadoras, a partir da visão de seus coordenadores, ressaltam esse modo de realizar as suas práticas e têm a consciência de que este conhecimento não é consolidado rapidamente. A pesquisa mostrou diversidade de temas que são discutidos com os trabalhadores e também com a utilização de diferentes materiais/meios como: oficinas in loco, visitas, textos complementares, dinâmicas e principalmente discussões práticas para que haja um entendimento do conteúdo a ser repassado aos trabalhadores. Os princípios e as formas de gestão democráticas vão sendo colocados no dia a dia e incorporados paulatinamente, é o que diz o coordenador da incubadora da UEL: “[...] na verdade a gente trabalha os conceitos da Ecosol mostrando o cotidiano - olha e nesta situação, o que ocorreu? Por que ocorreu? Será que isto é cooperação? Isto é autogestão? [...] assim a gente tem visto que as oficinas onde a gente discute a Economia Solidária tem trazido bons resultados.”

Outro ponto importante e que se relaciona ao trabalho das incubadoras, é em relação a baixa escolaridade dos trabalhadores envolvidos no projeto, esta é uma característica geral dos integrantes dos empreendimentos analisados, já que a pesquisa buscou a visão dos trabalhadores da reciclagem, mas o que percebi é que nenhuma Incubadora paranaense, apesar de todas se preocuparem com os aspectos educacionais já discutidos anteriormente, não há uma incorporação na dinâmica das mesmas de um programa educacional mais abrangente, ou seja, o que se viu em muitos momentos foram discussões rápidas sobre o cotidiano de trabalho, não houve nenhum tipo de encaminhamento/esclarecimentos para a educação formal e ou um aprofundamento nas questões de formação educacional ampla da cooperativa.

Assim, faço um alerta baseado em Barros (2004, p. 208) que afirma:

Busca-se, muitas vezes, com breves cursos financiados pelo capital ou por políticas públicas estritamente assistencialistas, superar as mazelas sociais e educacionais. [...] Na ansiedade de responder as demandas de geração de trabalho e renda das comunidades – a sobrevivência, que é bastante real e justa – são desenvolvidos os processos educativos aligeirados e “imediatamente interessados” reforçando a perspectiva do treinamento.

Quero assim demarcar é o cuidado que se deve ter em relação à formação, pois as incubadoras dependem de seus órgãos de fomento e pode ocorrer um engessamento quanto à carga horária, conteúdos, qualificação dos educadores, além do próprio limite de verba.

Por fim ressalto que estes projetos são realizados dentro das Universidades e que apesar das diversidades de opiniões, a realidade acadêmica é muito diferente da realidade dos trabalhadores assessorados. Discuto aqui, portanto, a importância do papel da universidade no apoio a estes grupos e também na disseminação da Economia Solidária. A Pesquisa ressaltou diferenças de apoios nas incubadoras pesquisadas, os resultados mostram que os problemas estruturais de cada universidade atingem o trabalho das incubadoras, isto é, as condições materiais, os interesses dos professores, apoio das reitorias, burocracias, alunos, estão diretamente relacionados ao conhecimento e interesse em desenvolver a Economia Solidária no campo acadêmico.

Outro ponto são as diferenças entre pesquisa e extensão no meio universitário, já que as políticas de pesquisa acadêmica são valorizadas mercadologicamente, isto é, propiciam resultados e um grande retorno para as universidades, enquanto que as atividades de extensão geram gastos e estão colocadas em segundo plano também pelos professores e pela própria estrutura universitária. Através do projeto incubadora, pode-se proporcionar uma maior integração entre a pesquisa e a extensão, cabe a cada incubadora criar espaços acadêmicos para realizar trabalhos, levantar e mostrar dados importantes que mobilizem e auxiliem na divulgação acadêmica do trabalho das Incubadoras e que possam colaborar na diminuição das barreiras entre as comunidades/sociedades e a universidade. Novamente ressalto que as incubadoras estão submetidas à lógica das universidades. E qual a implicação de tudo isto? A resposta está nas questões voltadas ao calendário, período de férias, regulamentos internos da universidade, linguagem, equipe, que podem atrapalhar o desenvolvimento das atividades e da relação incubadora e trabalhadores da Economia Solidária, implicando o

desenvolvimento de tarefas com um tempo que não condiz com as necessidades produtivas dos grupos assessorados.

A pesquisa mostrou que há um universo ainda a ser explorado nas relações sociais e nos vínculos que se formam entre a equipe de assessoria e os trabalhadores de Economia Solidária, pois muitos dos trabalhadores entrevistados não sabem o que é, e o que faz uma Incubadora. Novamente os aspectos educacionais estão implícitos neste resultado, ou seja, os vínculos, o trabalho, o saber e a criatividade estão por detrás dos empreendimentos solidários e as incubadoras possuem, com o seu conhecimento, um campo fértil para desenvolver eficientemente esses aspectos, buscando assim uma eficiência social que auxiliará na qualidade de vida dos membros envolvidos no projeto.

Os trabalhadores entrevistados demonstraram desconhecimento dos objetivos da incubadora e os dados coletados mostraram que o diálogo com a incubadora se restringe muitas vezes ao presidente da cooperativa. O cuidado na relação incubadora e trabalhadores no sentido de sempre esclarecer, informar e melhorar a relação de assessoria com objetivo de ouvir, mas também de “cobrar” resultados de todos os implicados. Esse cuidado está também nas visitas aos empreendimentos que devem ocorrer principalmente conforme solicitação de cada grupo, com conteúdo a ser repassado do interesse destes trabalhadores e assim pode-se garantir uma melhor “escuta” e ação de todos os atores envolvidos na assessoria, ampliando assim o papel da Incubadora.

Para que este conhecimento seja pleno, a incubadora necessita durante o processo de assessoria, que as visitas tenham um entendimento da parte de todos os trabalhadores, ou seja, fazer com que estas visitas tenham significado, que não sejam rápidas, mas que impliquem numa relação de confiança e que vá além das orientações técnicas. A importância do trabalho das incubadoras está no “ouvir”, no acolhimento e nos resultados efetivos junto aos grupos assessorados, criando oportunidades de ampliação

Esses grupos de trabalhadores, ao se integrarem, demonstram um sentimento de pertencimento e aceitação social importante e o expressam em seu trabalho. Cada um sabe um pouco das necessidades/dificuldades e anseios uns dos outros e isto deve ser considerado. Não há como negar que nas práticas sociais existem várias dimensões como: gênero, classe, crenças que devem ser discutidas para poder

conhecer e fazer. Segundo Veronese (2008, p.25), " a dimensão social está ligada as emoções, à capacidade de interagir, de ser empático, de ser criativo e não se deve correr o risco de ignorá-las, pois auxiliam na percepção das necessidades de seus atores ".

Entender a Economia Solidária é um esforço intelectual intenso e pode-se afirmar que na incompletude desta pesquisa, há um conhecimento que está lá, está presente nos grupos, nas incubadoras, numa dimensão material e imaterial que precisa ser acessada, ligando outros elementos que possam criar condições de reprodução da Economia Solidária.

O conhecimento das relações entre incubadoras e trabalhadores perpassa pela realidade que os cerca, a pesquisa mostrou que ainda há necessidade de almejar e construir propostas educacionais que norteiem a produção de espaços portadores de Economia Solidária.

Referências Bibliográficas:

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária.(2006) disponível em mte.gov.br/economia_solidaria

BARROS, J. O projeto educativo das ITCPs:encontros e desencontros na incubagem de cooperativas populares. In: **Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da Economia Popular Solidária.** São Paulo: Idéias e Letras, 2004.

BRASIL. Ministério do Trabalho, secretaria Nacional de Economia Solidária. **ECONOMIA SOLIDARIA** (2004). Disponível em http://portal.mte.gov.br/economia_solidaria: acesso em abril/2012.

GAIGER, L. Economia Solidária e o valor das relações sociais vinculantes. **Rev. Katalysis**, Florianópolis, v11 ,n.1,jan/jun. 2008.

GAIGER, L. **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2004.

_____. Por um olhar inverso:prismas e questões de pesquisa sobre a Economia Solidária.**Revista Sociedade e Estado**, v.27, n.2, maio/agosto/2012.

SANTOS, B (org) **Produzir para viver: os caminhos para produção no capitalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, L.M. Economia Solidária: Propostas e Perspectivas. In: **Economia Solidária em Londrina.** BORENELLI, B. et. All (Orgs). Londrina, UEL, 2010.

SIES –Sistema de informação em Economia Solidária. Brasília, MTE. Gov.br. 2007.

SINGER, P. **Introdução a Economia Solidária.** São Paulo: Ed. Perseu Abramo,2002.

VERONESE, M. **Psicologia Social e Economia Solidária.** Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2008.